



NOÁDIA DO CARMO OLIVEIRA

**PRÁTICAS DE CONTROLE INTERNO APLICADAS NAS MICROEMPRESAS DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO**

Ji-Paraná
2021

NOÁDIA DO CARMO OLIVEIRA

**PRÁTICAS DE CONTROLE INTERNO APLICADAS NAS MICROEMPRESAS DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO**

Artigo apresentado no Curso de graduação, em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito final para obtenção do Título de Bacharel em Contabilidade.

Orientador: Prof. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio.

Ji-Paraná
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

O48p Oliveira, Noádia do Carmo.

Práticas de controle interno aplicadas nas microempresas do município de Ji-Paraná – RO. / Noádia do Carmo Oliveira. – Ji-Paraná, 2021.

21 p. ; il.

Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2021.

Orientador: Prof. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio.

1. Controle Interno. 2. Microempresas. 3. Plano Organizacional. 4. Gestão empresarial. I. Bassegio, Tanã Rossi Lopes. II. Título.

CDU 657.6

NOÁDIA DO CARMO OLIVEIRA

**PRÁTICAS DE CONTROLE INTERNO APLICADAS NAS MICROEMPRESAS DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito final para obtenção do Título de Bacharel em Contabilidade.

Orientador: Prof. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio.

Ji-Paraná, 18 de junho de 2021.

Avaliação/Nota:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio
Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná

Prof. Esp. Elias Caetano da Silva
Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná

Prof. Me. Marcia Cristina Teixeira
Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná

PRÁTICAS DE CONTROLE INTERNO APLICADAS NAS MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO¹

Noádia do Carmo Oliveira²

RESUMO: As pequenas empresas, devido à falta de padronização dos procedimentos operacionais e rotinas internas bem definidas, estão mais passíveis a erros não intencionais. A consequência de tais erros pode ser o fechamento da empresa, seja pela falta de capital de giro ou pela falta da capacidade do gestor de manter a ordem e gerir o seu próprio negócio. O que muitos pequenos empresários não têm conhecimento, é de que as práticas do controle interno podem ser aplicadas sem alto custo, e geridas pelo próprio empreendedor. Os procedimentos do controle interno quando bem aplicados visam dar segurança aos atos praticados pelos funcionários, e as decisões tomadas pelos gestores, protegendo o ativo dos possíveis erros, por meio de relatórios confiáveis. Visando trazer maior familiaridade com o tema e compreender como as práticas de controle interno podem contribuir com o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no mercado, o artigo se desenvolveu por meio de pesquisas bibliográficas e exploratórias, utilizando do método dedutivo. Por meio da pesquisa de campo realizada, foi possível identificar que a maioria das empresas participantes utilizam do controle interno como ferramenta de gestão, e estão satisfeitas com os resultados obtidos.

Palavras-chave: Controle Interno. Microempresas. Gestão. Plano Organizacional.

INTERNAL CONTROL PRACTICES APPLIED TO MICRO ENTERPRISES IN THE MUNICIPALITY OF JI-PARANÁ – RO

ABSTRACT: Small companies, due to the lack of standardization of operational procedures and well-defined internal routines, are more prone to unintentional errors. The consequence of such errors can be the closing of the company, either due to the lack of working capital or the lack of the manager's ability to maintain order and manage his own business. What many small business owners are unaware of is that internal control practices can be applied at no cost, and managed by the entrepreneur himself. The internal control procedures, when well applied, aim to provide security to the acts practiced by employees, and the decisions made by the managers, protecting the asset from possible errors, through reliable reports. In order to bring more familiarity with the theme and understand how internal control practices can contribute to the development of micro and small companies in the market, the article was developed through bibliographical and exploratory research, using the deductive method. Through the field research carried out, it was possible to identify that most participating companies use internal control as a management tool, and are satisfied with the results obtained.

Keywords: Internal control. Micro companies. Management. Organizational Plan.

¹ Artigo apresentado no curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação do professor. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio. E-mail tana.bassegio@saolucasjiparana.edu.br

² Noádia do Carmo Oliveira, graduanda em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2021. E-mail no.oliveira.96@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Grande parte das empresas brasileiras são consideradas micro e pequenas empresas, e elas possuem grande importância socioeconômica para o desenvolvimento da economia do nosso país. Porém, essas empresas têm encontrado grandes dificuldades no que diz respeito a continuidade de suas atividades, muitas fecham a porta antes do quinto ano de constituição³, e um dos principais motivos do fracasso está ligado com o comportamento do empreendedor.

Com uma menor cobrança no que diz respeito à contabilidade, fato garantido pela LC nº 123/2006, muitos gestores não dão a devida importância as informações contábeis e a sua fidedignidade, assim como não procuram por relatórios que facilitam a visualização da real situação da empresa.

Diante de tal cenário, a implantação de um sistema de controle interno surge de modo primordial para a continuidade do negócio. Onde permitirá a identificação dos processos que precisam ser corrigidos e carecem de maior atenção por parte dos gestores ou de um profissional responsável. Consiste por procedimentos que objetivam a melhoria dos processos e minimizar os riscos inerentes ao negócio, assegurando os processos operacionais e garantindo tomada de decisões mais assertivas. Mediante a estas circunstâncias é possível chegar a seguinte pergunta: como os procedimentos de controle interno podem ajudar as micro e pequenas empresas a se manterem no mercado?

Buscando melhor compreensão da problematização foi possível identificar as seguintes hipóteses: as práticas de controle interno são essenciais na permanência das empresas no mercado; o controle interno é uma importante ferramenta que auxilia e ampara os gestores nas tomadas de decisões; os empreendedores que não possuem um sistema de controle interno em seus estabelecimentos estão mais sujeitos a fecharem as portas; o controle interno contribui para o desenvolvimento e eficácia do planejamento estratégico das empresas.

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar se as empresas possuem, e fazem uso do sistema de controle interno como ferramenta de gestão. E como objetivos específicos: verificar se os gestores fazem uso do controle interno na tomada de decisões; relacionar quais são os principais tipos de controle utilizados pelas microempresas do nosso município; e verificar se as práticas do controle interno estão relacionadas com a permanência das microempresas no mercado.

A pesquisa se justifica com base na importância da permanência das microempresas para a economia. Nesse sentido, a proposta é fazer uma análise de como os procedimentos de controle interno contribuem com a permanência das microempresas no mercado. Portanto, se faz necessário trazer maiores informações acerca do tema, apresentando o assunto numa linguagem simplificada e de fácil leitura a todos os públicos.

O presente estudo visa assimilar a relação dos microempreendedores de Ji-Paraná mediante às práticas de controle interno. A fim de cumprir com os objetivos propostos, utilizando do método dedutivo, partindo do geral para o particular,

³ Conforme estudo publicado pelo IBGE no ano de 2019, intitulado como: Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo: 2017.

aplicando os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, exploratória e, pesquisa de campo com coleta de dados por meio de questionário.

A pesquisa de campo foi aplicada aos microempresários do município de Ji-Paraná – RO, sendo constatado que o controle interno está presente em quase todas as empresas participantes. Os participantes da pesquisa que afirmaram utilizar do controle interno estão satisfeitos com os resultados obtidos com o uso dessa ferramenta, sendo considerado como uma importante ferramenta para a continuidade do negócio.

1.1 CONTROLE INTERNO

Em 2001, a PricewaterhouseCoopers (PwC), a pedido do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), desenvolveu uma estrutura que facilitaria o gerenciamento de riscos por parte dos gestores, o que desencadeou uma série de escândalos sobre as empresas norte-americanas. Como consequência foi instituída a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), com o objetivo de evitar fraudes e proteger o capital dos acionistas, a SOX trouxe maior eficácia aos procedimentos de controle interno, obrigando as companhias a detalhar os processos administrativos e contábeis. A princípio o que seria um pesadelo passou a ser visto com bons olhos, com maior visibilidade do negócio, foi possível notar melhorias nos controles e nos processos de gestão (COSO, 2004; CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 265).

Almeida (2019, p. 52), definiu controle interno como sendo o conjunto de procedimentos adotados por uma instituição com a finalidade de proteger o patrimônio da empresa, fornecer dados contábeis confiáveis, e auxiliar os gestores na administração dos negócios. O controle auxilia as empresas a atingirem seus objetivos, de maneira sustentável e com um melhor desempenho, devendo ser estabelecido em todos os níveis, de modo que o administrador tenha segurança prévia nos momentos decisórios (CASTRO, 2018, p. 273; COSO, 2013, p. 4).

Buscando uma melhor compreensão da definição de controle interno, Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 262) evidência a necessidade de manter o foco em seu real significado. Sendo assim pode-se afirmar que o controle interno compreende a estrutura organizacional, sistemas administrativos e políticas internas e além da eficiência dos colaboradores. As definições dadas pelos Instituto Americano de Contadores Públicos (AICPA) e Instituto Francês de Revisores de Contas (IFEC) trazem maior clareza a respeito do assunto:

O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas, adotadas numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas. [...] Controle Interno é formado pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados fornecidos pela Contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção. (CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 262).

De forma simplificada, Attie (2018, p. 239) resume controle interno como sendo “uma série de procedimentos bem definidos, que conjugados de forma

adequada, asseguram a fluidez e a organização necessárias para a obtenção de algo palpável”. Presente em todas as empresas, porém nem sempre de modo adequado, sua relevância está atrelada com a garantia do cumprimento do planejamento estratégico e continuidade do fluxo operacional da empresa (ATTIE, 2018, p. 239; CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 272).

De acordo com o momento em que aplicado, e da finalidade, os controles internos podem ser considerados preventivos ou detectivos. Um sistema de controle eficaz vai além do cumprimento das normativas internas, exigindo que a administração saiba definir que nível de controle é necessário, sendo que para o sistema seja considerado apropriado, é essencial que os controles preventivos sejam superiores aos detectivos, desta forma terá maior segurança nos atos praticados (COSO, 2013, p. 4; CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 269).

1.1.1 Tipos de controle

Um sistema de controle interno adequado pode englobar controle orçamentario, relatórios periódicos, análise de dados, programas de desenvolvimento para funcionários. Devendo haver divisão das atividades que objetivam proteger os ativos e fornecer dados contábeis, das que buscam conduzir de modo adequado as atividades negociais da empresa (ATTIE, 2018, p. 243; CASTRO, 2018, p. 278).

Seguindo este raciocínio é possível subdivir os controles internos em controles administrativos e controles contábeis. Sendo que os administrativos envolvem as ações e procedimentos com foco no operacional e nas normativas internas, buscando atingir os objetivos com o melhor custo-benefício. Os contábeis buscam atribuir mais veracidade aos registros, assim como maior autenticidade na divulgação dos demonstrativos contábeis. (CASTRO, 2018, p. 278).

A divisão dos controles acentuou ainda mais o foco de cada um. Os controles contábeis compreendem a estrutura organizacional, e todos os meios direcionados para resguardar o patrimônio e acrescentar fidedignidade aos registros contábeis. Devendo haver segregação de funções e um duplo sistema de conferência, onde sempre que possível o responsável pela validação dos documentos não seja o mesmo que realiza os registros (CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 270).

Assim como nos controles contábeis, os controles administrativos também englobam a estrutura organizacional da empresa. Objetivando melhores índices operacionais e buscando cumprir a política interna, mantendo relacionamento indireto com os registros financeiros. Abrangem o controle de pessoal, certificando que os mesmos tenham aptidão para o desempenho de suas atividades, além de garantir o cumprimento dos deveres e funções de modo saudável para a instituição (ATTIE, 2018, p. 243; CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 270).

Para o plano organizacional ser considerado apropriado, é indispensável que ele seja simples e adaptável com as necessidades institucionais. A estrutura organizacional refere-se ao modo como estão distribuídos os sistemas dentro da empresa, mantendo uma divisão equilibrada e, de modo que fique bem definido as autoridades e responsabilidades de cada colaborador. Na estrutura organizacional, as atividades realizadas entre os diversos setores devem ser coordenadas por um

mesmo objetivo, mesmo que estes sejam independentes (ATTIE, 2018, p. 244; CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 270).

1.1.2 Objetivos do controle interno

De modo geral, podemos afirmar que os objetivos do controle interno visam dar segurança na realização dos processos, minimizando as irregularidades, sejam elas intencionais ou não, além de dar maior autenticidade nos atos e fatos realizados. Para Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 270) ao estruturar um sistema de controle interno, deve-se visualizar como deixa-lo eficiente. Para isto é fundamental a definição de mecanismos e técnicas que proporcionem o cumprimento de seus objetivos.

Neste sentido, Attie (2018, p. 245) definiu quatro objetivos básicos do controle interno, a salvaguarda dos interesses empresariais, precisão e confiabilidade dos informes e relatórios, estímulo à eficiência operacional e aderência às políticas existentes, tais objetivos também podem ser encontrados nas obras de Castro (2018, p. 281) e Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 270).

Castro (2018, p. 282) atribuiu três possíveis compreensões para o conceito de proteção de ativo. Sendo elas: proteção contra os erros intencionais, quando a ação foi premeditada; proteção contra os erros involuntários, quando não se há a intenção de cometê-lo; e proteção de qualquer situação indesejável, sendo está a mais abrangente. Ao citar a salvaguarda dos interesses, Attie está se referindo a última definição de proteção de ativos apresentada.

Composta por bens, direitos e obrigações que estão distribuídos pelos diversos setores, a empresa necessita de profissionais capacitados que possam conduzir as atividades dentro dos padrões, inibindo a possibilidade de erros. Para o cumprimento deste objetivo é utilizado de algumas práticas, como a segregação de funções e a rotatividade de funcionários entre os setores (ATTIE, 2018, p. 247).

Ainda de acordo com Attie (2018, p. 247), o segundo objetivo do controle interno está relacionado com a emissão de informações tempestivas, utilizadas pelos gestores nos momentos apropriados e que permita a compreensão dos fatos ocorridos. Para tanto, a informação só tem relevância quando acompanhada de documentos que comprovem a sua legitimidade, e o seu registro seja realizado dentro da competência, com a menor lacuna de tempo possível.

Para ter uma equipe engajada com o propósito da instituição, e empenhada a cumprir suas funções com eficácia, é necessário fornecer os meios adequados para a realização das atividades. Para uma eficiência operacional satisfatória, requer que a entidade crie padrões para o desenvolvimento das tarefas de modo harmonico e racional. Contratação de funcionários qualificados, treinamentos, normas e relatórios de desempenho são alguns dos meios que possam contribuir para o cumprimento deste objetivo (CASTRO, 2018, p. 282).

O quarto objetivo apresentado por Attie, está relacionado com a adesão às políticas existentes na empresa, assegurando que os propósitos da instituição sejam respeitados e cumpridos por seus colaboradores. Desde modo a empresa têm maior garantia no cumprimento de seu planejamento estratégico, gerando resultados positivos que promovam a permanência no mercado e o crescimento de suas atividades. A principal medida que permite o cumprimento deste objetivo é a

supervisão realizada pelos profissionais competentes (ATTIE, 2018, p. 249; CASTRO, 2018, p. 282).

1.1.3 Categorias de controles internos

As definições de controle interno são amplas, compreendendo uma série de recursos, métodos, procedimentos e práticas padronizadas, que unificados visam o êxito na atividade de controlar. Buscando proteger o patrimônio empresarial, para Castro (2018, p. 285) os controles atuam em tempos e maneiras distintas mas mantendo o mesmo objetivo. Na linha do tempo os controles podem ser divididos como: controle prévio, controle concomitante e controle subsequente.

O controle prévio acontece antes da realização do ato, fazendo uso da contabilidade, objetiva preservar o funcionário responsável pelo desenvolvimento da atividade. O controle concomitante é realizado mediante o desempenho da tarefa, visa garantir que a ação seja desenvolvida em conformidade com as diretrizes internas por meio da fiscalização. Por sua vez, o controle subsequente é realizado após a conclusão das atividades, buscando evidenciar e corrigir possíveis erros, avaliando a eficácia dos sistemas internos, tal controle é desenvolvido por meio de auditoria (CASTRO, 2018, p. 285).

Além dos controles que podem ser desenvolvidos de acordo com a época em que aplicado, também existem os controles que são classificados conforme as suas finalidades, nesse caso as possibilidades de classificação são inúmeras. Os controles de procedimentos e controles de sistema informação são alguns exemplos listados por Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 290), além desses podemos citar os controles de acesso, controle de caixa, controles de conta a pagar/receber e, controle de estoque.

O controle de acesso é considerado como um controle preventivo, que objetiva evitar que pessoas não autorizadas tenham acesso às áreas restritas, seja de modo sistêmico ou presencial. Ao limitar os acessos de um colaborador, deve analisar se as permissões não se encontram em conflito, não podendo constar acessos liberados para atividades opostas, respeitando a segregação de funções (ATTIE, 2018, p. 274; PIZO, 2018, p. 124).

O caixa é considerado por Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 391) como um ativo com índice de risco elevado e difícil de ser controlado. Por isso, o controle de caixa é importante dentro da empresa, sendo que o profissional do setor de caixa deve trabalhar em conjunto com o responsável pelas contas a pagar ou a receber, porém não deve ter os dois acessos, por se tratar de atividades conflitantes.

O departamento financeiro, responsável pelas contas a pagar e receber são citados por Castro (2018, p. 280) como um dos setores que não devem ficar de fora da estrutura de controle interno e por Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 268) como uma das áreas com maior risco de inconformidades. O encarregado pelo setor deve acompanhar o fluxo de caixa da empresa, para que seja possível cumprir com as obrigações conforme previsto, além de observar se o serviço/produto foi prestado/entregue.

Visando cumprir com o primeiro objetivo do controle interno citado por Attie, a salvaguarda dos interesses empresariais, os controles de estoque podem ser considerados como controle concomitante ou subsequente e, para a sua aplicação é

utilizado de procedimentos contábeis e físicos. Os registros no sistema contábil devem ocorrer em conjunto com as transações físicas e, sendo necessário realizar inventários periódicos para confirmar se as informações sistêmicas são verídicas (CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 407).

O controle interno deve ser aplicado nas instituições independentemente do tipo, época e forma em que desenvolvidos, para garantir o cumprimento de seu planejamento estratégico, minimizando os riscos e preservando o patrimônio. Sendo de responsabilidade dos gestores a implantação e supervisão de um sistema de controle interno adequado (ATTIE, 2018, p. 251; CASTRO, 2018, p. 285).

1.1.4 Controle interno como ferramenta de gestão aplicado às microempresas

Uma empresa no seu processo inicial, tem o controle interno concentrado em seu dono, ele é responsável por todos os setores da empresa, desde a assiduidade de seus colaboradores, até o fechamento dos pedidos, e o controle das contas. Com o crescimento da empresa, o gestor necessita de mais tempo voltado para o desenvolvimento do negócio, fazendo necessário a delegação de responsabilidades para funcionários capacitados (ATTIE, 2018, p. 241).

Sendo importante para uma boa gestão da empresa, considerando que suas atividades não se limitam em evitar os riscos inerentes, mas também acompanhar o desenvolvimento adequado dos atos praticados por todo o quadro de colaboradores. O controle interno proporciona maior confiança aos relatórios contábeis, ocasionando maior segurança na tomada de decisões, possibilitando um desenvolvimento mais sustentável para as pequenas empresas (LORENZONI e VIEIRA, 2013).

Torna-se necessário atribuições de responsabilidades definidas nos normativos, assim como a determinação de rotinas internas por meio de formulários, internos e externos, e procedimentos padronizados, além da segregação de funções, não permitindo que uma mesma pessoa realize duas ou mais funções consideradas incompatíveis. Desde modo, a realização dessas práticas proporcionará um sistema de controle interno adequado, independente do porte empresarial (CREPALDI e CREPALDI, 2019, p. 272; LORENZONI e VIEIRA, 2013).

Casarotto Filho (2016, p. 206), definiu um modelo de checklist para orientação dos pequenos empreendedores. Como passo fundamental está a definição de estratégia, por meio de uma avaliação do ambiente externo, para identificar oportunidades e ameaças. Seguido pela análise do ambiente interno, para que sejam elencados os pontos fortes e os pontos fracos. Neste cenário, o controle interno constitui-se como sistema de verificação, que identificará os procedimentos que precisam ser melhorados em cada departamento (LORENZONI e VIEIRA, 2013).

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MICROEMPRESAS

Regida pela LC nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que tem como intuito incentivar o crescimento e a concorrência das MPE. De acordo com o Art. 1º da LC nº 123/2006 “Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento

diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte” (BRASIL, 2006).

A classificação do porte empresarial pode ser dada de acordo com o número de seus funcionários ou de acordo com a receita bruta auferida no ano-calendário. Para o SEBRAE é considerado como microempresa do ramo de comércio e serviços, o CNPJ que possui até 9 empregados registrados, já no ramo industrial e de construção é possível ter até 19 registros (MADI e GONÇALVES, 2012).

Figura 1 - Definição de porte de empresarial segundo o número de empregados

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de médio porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE-NA/Dieese. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013.

Por outro lado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e a lei complementar nº 123, de 2006, classificam as micro e pequenas empresas de acordo com a receita bruta auferida anualmente, desse modo uma empresa que auferir uma receita bruta menor ou igual a R\$ 360 mil se enquadra no porte de ME.

Segundo um estudo divulgado pelo IBGE em 2019, apenas 39,8% das empresas sobrevivem após cinco anos no mercado. Esta taxa pode variar de acordo com o número de funcionários, chegando a 33,0% para aquelas que não possuem pessoal assalariado, e até 64,2% para aquelas que possuem dez ou mais colaboradores. Observa-se que este índice está diretamente relacionado com o porte empresarial da instituição.

Sendo possível listar três fatores principais que levam as empresas a fecharem as portas nos primeiros cinco anos de atividade, sendo elas a falta de planejamento prévio, gestão empresarial ineficaz e o comportamento do empreendedor (SEBRAE-SP, 2014).

De acordo com o estudo divulgado pelo Sebrae-SP em 2014, grande parte dos empreendedores que encerraram suas atividades antes do quinto ano não levantaram informações importantes e nem realizaram planejamento dos itens básicos para o início das atividades empresárias. Com isto, podemos afirmar que para uma empresa se manter em atividade é necessário ter conhecimento do mercado e do ambiente interno da empresa.

1.2.1 Microempresas no Brasil

Para Lorenzoni e Vieira (2013), as micro e pequenas empresas estão crescendo, e têm grande importância socioeconômica para o país em relação à distribuição da renda e empregos. Sendo que os pequenos negócios que mais prosperam são os que possuem maior preparo e organização, seja financeira ou operacional.

De acordo com os dados divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, no ano de 2019 o número dos trabalhadores registrados no Brasil chegava a 47.554.211, sendo que 8.413.285 (17,69%) dos registros pertenciam as microempresas. Os setores que apresentaram maior crescimento em números reais foram os serviços e comércio.

Ainda conforme a RAIS, os pequenos negócios foram responsáveis por grande parte dos novos empregos gerados no ano de 2019, com uma variação em números absolutos de 687.490 em comparação ao ano de 2018. Enquanto as médias e grandes apresentou um aumento de 248.590.

1.2.2 Pequenos negócios em Ji-Paraná

De acordo com o Perfil Socioeconômico e dos Pequenos Negócios do Município de Ji-Paraná – RO divulgado pelo Sebrae em 2017, havia 5.661 pequenos negócios com CNPJ ativo no município no ano de 2015, sendo que 2.327 (41,11%) eram microempresas e 546 se tratava de empresas de pequeno porte, as demais pertenciam aos microempreendedores individuais. O setor onde se encontra concentrado o maior número de micro e pequenas empresas em Ji-Paraná é o de comércio, seguido pelo de serviços.

Figura 2 – Quantidade absoluta e percentual de pequenos negócios formalizados por porte e por setor econômico no município de Ji-Paraná.

Porte	Setor										Total Geral
	Agropecuária		Comércio		Construção Civil		Indústria		Serviços		
EPP	3	0,55%	328	60,07%	27	4,95%	67	12,27%	121	22,16%	546
ME	13	0,56%	1.231	52,90%	121	5,20%	245	10,53%	717	30,81%	2.327
MEI	20	0,72%	1.120	40,17%	279	10,01%	412	14,78%	957	34,33%	2.788
Total Geral	36		2.679		427		724		1.795		5.661

Fonte: SEBRAE. Perfil Socioeconômico e dos Pequenos Negócios do Município de Ji-Paraná – RO, 2017.

Nota: Dados obtidos do Cadastro Sebrae de Empresas de 2015.

Seguindo o relatório do Perfil Socioeconômico e dos Pequenos Negócios do Município de Ji-Paraná – RO, constata-se que 3.390 (59,9%) das empresas iniciaram suas atividades entre três e dez anos, superando a média divulgada pelo IBGE em 2019. As empresas que ultrapassaram os dez anos de mercado correspondem 19% do total geral, enquanto as empresas com menos de três anos equivalem a 21,1%. O setor de comércio apresenta um maior índice de renovação no mercado, representando 27,06% das empresas com menos de três anos.

1.3 APLICAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a pesquisa de campo, objetiva verificar se as hipóteses levantadas são válidas e coerentes. Antes de iniciar o levantamento de dados se faz necessário identificar a população investigada: as microempresas do município de Ji-Paraná-RO, dentro desse grupo será definido de forma aleatória uma amostra que nos permitirá a estimar o comportamento de um grupo maior. Para Bussab e Morettin (2017, p. 274) “População é o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação. Amostra é qualquer subconjunto da população”.

O levantamento de dados foi realizado por meio pesquisa de campo, através da aplicação de questionário estruturado, com perguntas fechadas, analisadas por meio de métodos qualitativos e quantitativos. O questionário visa compreender os objetivos da pesquisa, assim como validar ou refutar as hipóteses. Envolvendo um conjunto de questões que serão formuladas por meio do *google forms* e disponibilizadas via *link* ao público-alvo desta pesquisa, onde poderão responder livremente, e sem a presença do entrevistador (GIL, 2018, p. 94).

Para a definição da amostra, foi utilizado da amostragem probabilística – aleatória simples, onde as ME possuem iguais chances de responder o questionário e, sendo selecionadas de modo aleatório (MARCONI e LAKATOS, 2021, p.42). Para a identificação da amostra foi realizado o cálculo de amostras para população finitas, ou seja, aquelas com até 100.000 elementos, conforme demonstra a Figura 3. Para a realização do cálculo definiu-se um nível de confiança de 95% e, erro tolerável de 5%, sendo 2,5% para mais ou para menos. Desde modo para o resultado da pesquisa ser considerado confiável a mesma deverá ser aplicada em 341,45 microempresas, sendo tolerável a variação de 332,91 e 349,98 (GIL, 2019, p. 109).

Figura 3 – Cálculo de amostragem para população finita.

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

$$n = \frac{4 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 2.327}{25 (2.326) + 4 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$n = \frac{23.270.000}{68.150}$$

$$n = 341,45$$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Nota: n = tamanho da amostra; σ^2 = nível de confiança escolhido, expresso em números de desvios-padrão; p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica; q = porcentagem complementar; N = tamanho da população; e^2 = erro máximo permitido.

O questionário ficou aberto para respostas durante o período de 19 de abril de 2021 à 06 de junho de 2021, do qual obteve um retorno de 335 empresas. Podendo ser dividido em duas partes, sendo a primeira para definir o perfil das microempresas: composta por quatro perguntas para identificar os setores de atuação, o número de funcionários, tempo de mercado e o faturamento anual das empresas; o objetivo da segunda parte da pesquisa é compreender o relacionamento das empresas com o controle interno.

Na Tabela 1, é evidenciado como estão distribuídas as microempresas de acordo com quantidade de funcionários, tempo de atuação e faturamento declarado. É possível observar que apesar de 16,7% empresas estarem alocadas nos setores de indústria e construção civil, possibilitando manter um quadro de colaboradores de até 19 funcionários, apenas 4,2% contam com 10 ou mais funcionários contratados. Outra informação que merece destaque é a de que somente 26,9% das empresas que responderam ao questionário estão a mais de cinco anos no mercado, tal índice está bem inferior ao divulgado pelo IBGE em 2019, de que em média 39,88% das empresas sobrevivem meia década.

Ao manter a atenção no faturamento anual declarado, nota-se que apenas 21,5% das empresas se encontram próximo ao teto definido pela lei complementar nº 123, de 2006, para o porte empresarial; a faixa de faturamento com maior percentual declarado é a de R\$ 60.000,01 até R\$ 160.000,00, com 38,5% das empresas participantes.

Tabela 1 – Perfil das microempresas de Ji-Paraná – RO

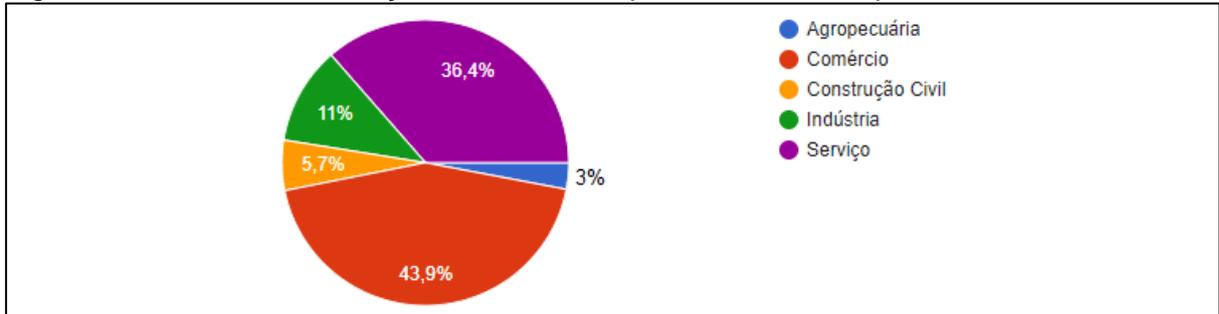
Dados	Quantidade	Percentual (%)
Número de funcionários	-	-
De 01 a 09	321	95,8%
De 10 a 19	14	4,2%
Tempo de mercado	-	-
Menos de 01 ano	38	11,3%
De 01 a 05 anos	207	61,8%
De 05 a 10 anos	74	22,1%
Mais de 10 anos	16	4,8%
Faturamento Anual	-	-
Até R\$ 60.000,00	37	11%
De R\$ 60.000,01 até R\$ 160.000,00	129	38,5%
De R\$ 160.000,01 até R\$ 260.000,00	97	29%
De R\$ 260.000,01 até R\$ 360.000,00	72	21,5%

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Na figura de número 4 é apresentado os setores de atuação das empresas participantes. De acordo com os resultados obtidos, é possível afirmar que o setor da economia que concentra um maior número de empresas é o de comércio com 43,9%,

seguido pelos setores de serviço com 36,4%, em sequência têm o ramo de indústria com 11%, o de construção civil com 5,7% e por último o setor de agronegócio correspondendo a 3% das microempresas que responderam à pesquisa.

Figura 4 – Setores de atuação das Microempresas do município de Ji-Paraná – RO.

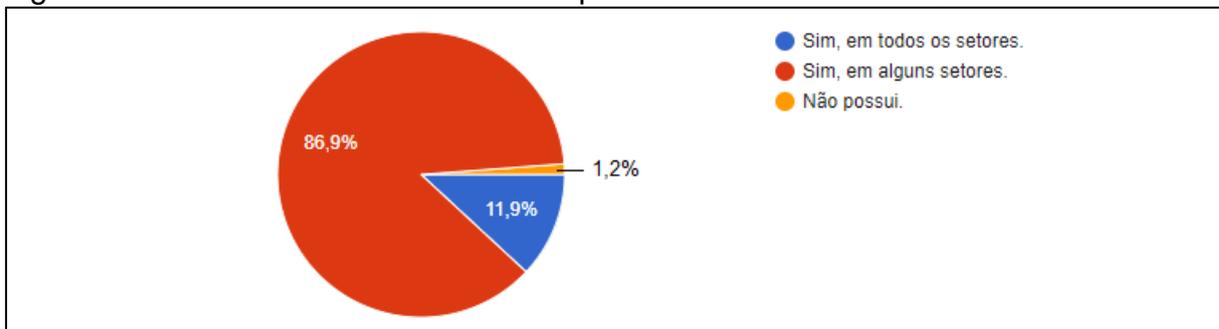


Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

A segunda parte da pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender como as microempresas identificam o controle interno e se ele apresenta benefícios para as empresas, as perguntas elaboradas buscam atingir os objetivos gerais e específicos desse estudo.

A Figura 5 apresenta os resultados obtidos quando questionado se as microempresas possuem alguma ferramenta de controle interno:

Figura 5 – Controle interno nas microempresas de Ji-Paraná – RO.

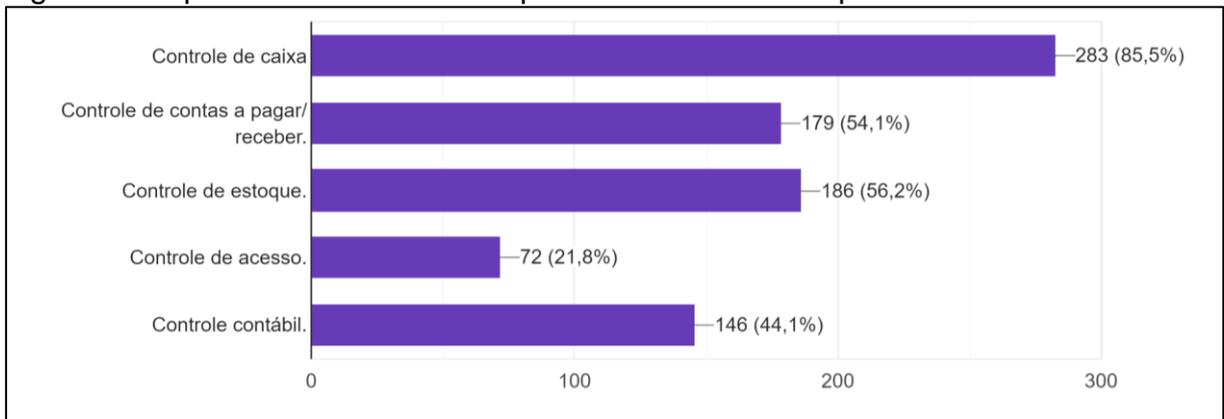


Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que 98,8% dos microempresários afirmam possuir algum tipo de controle interno em sua estrutura, sendo que 11,9% deles afirmaram possuir em todos os setores de sua empresa e 86,9% das microempresas declararam utilizar das práticas de controle em pelo menos um setor. Apenas 1,2% dos participantes declararam não possuir algum tipo de controle interno aplicado em sua instituição.

Na Figura 6, é apresentado por meio de um gráfico de barras os tipos de controle interno mais utilizados pelas microempresas, conforme constava disponível na pesquisa. Para obter um resultado mais verdadeiro, durante a elaboração do questionário foi permitido que os empresários marcassem mais de uma resposta para esta pergunta:

Figura 6 – Tipos de controle interno presente nas microempresas de Ji-Paraná – RO.

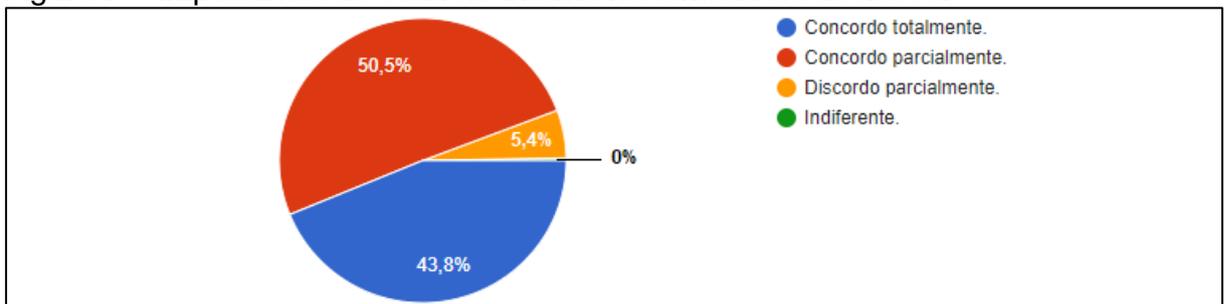


Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Sobre os controles internos utilizados pelas 331 empresas participantes, nota-se que não possui nenhum tipo de controle que se encontra presente em 100% das empresas. Sendo o controle de caixa o mais aplicado pelos microempresários participantes da pesquisa, cerca de 85,5%, seguido pelo controle de estoque com 56,2% de adesão e logo atrás o controle de contas a pagar/receber com 54,1% de adeptos. Os controles contábil e de acessos não aparecem com tanta frequência, com índices de 44,1% e 21,8% respectivamente.

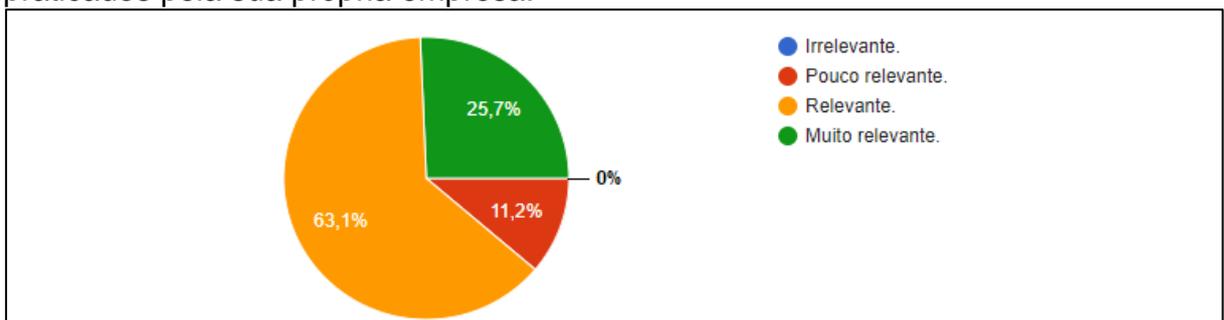
As Figuras 7 e 8 trazem o grau de importância e relevância do controle interno para à tomada de decisões, conforme visão dos empresários:

Figura 7 – Importância do controle interno na tomada de decisões.



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Figura 8 – Nível de relevância atribuído pelos empresários aos controles internos praticados pela sua própria empresa.



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Ao serem questionados se consideram o controle interno como ferramenta fundamental para o apoio a tomada de decisões, 43,8% participantes responderam concordar totalmente, enquanto 50,5% afirmaram que concordam parcialmente com o questionamento e, apenas 5,4% responderam que discordam parcialmente da afirmativa. Sobre a relevância do controle interno 11,2% participantes consideram as práticas de controle pouco relevante para a tomada de decisão, enquanto 63,1% afirmaram serem relevantes e 25,7% empresários afirmaram que os controles internos são de muita relevância para a gestão da empresa.

Apesar das Figuras 7 e 8 mostrarem que média de 91,55% dos participantes da pesquisa consideram às práticas de controle interno uma importante ferramenta para a gestão do negócio, a Tabela 2 apresentam dados preocupantes. Mais de 50% dos empresários afirmaram que nem sempre as informações são disponibilizadas em tempo hábil ou demostrem confiabilidade para o apoio à tomada de decisões. Tais índices nos leva a deduzir que por mais que as microempresas afirmem possuir sistemas de controles interno e os consideram importantes para a gestão do negócio, eles não são trabalhados e aplicados de modo assertivo dentro das empresas, seja por falta de acompanhamento dos responsáveis ou pela falta de conhecimento adequado acerca dos tipos de controle aplicados ou, por outro motivo desconhecido.

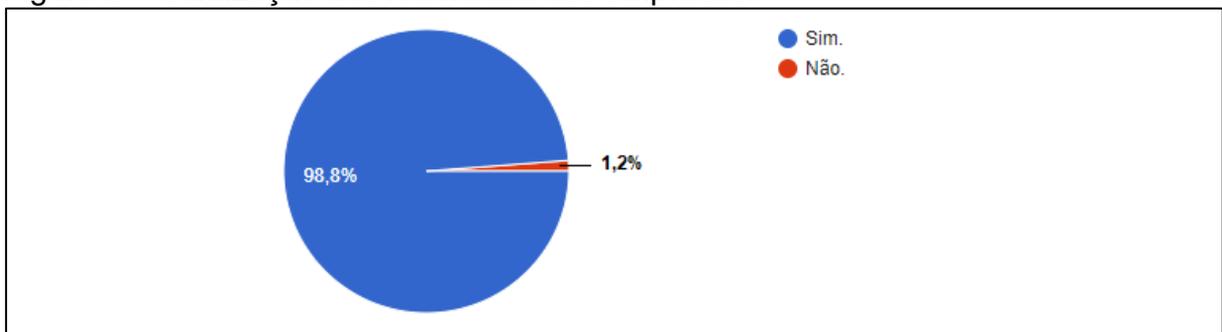
Tabela 2 – Informações geradas pelos controles de departamentos

Frequência	São disponibilizadas em tempo hábil?	São confiáveis para o apoio à tomada de decisões?
Sempre	48,9%	49,5%
Às vezes	51,1%	50,5%
Nunca	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

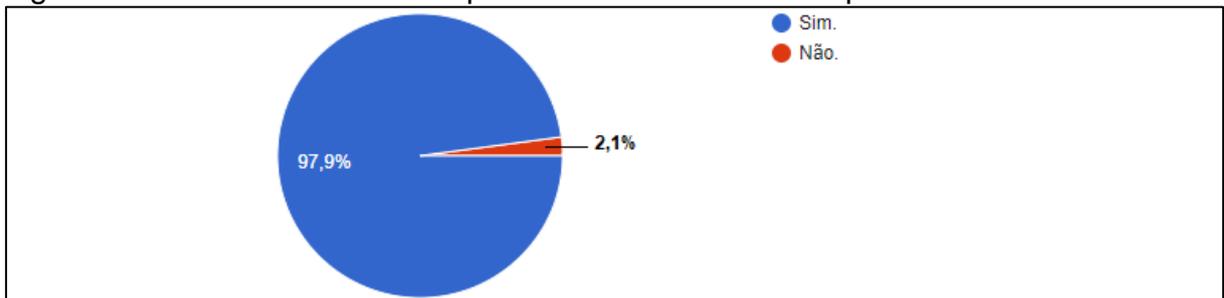
Nas Figuras 9 e 10, podemos identificar o grau de satisfação dos empresários com as ferramentas de controle interno:

Figura 9 – Otimização dos resultados das empresas.



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Figura 10 – Controle interno e a permanência das microempresas no mercado.

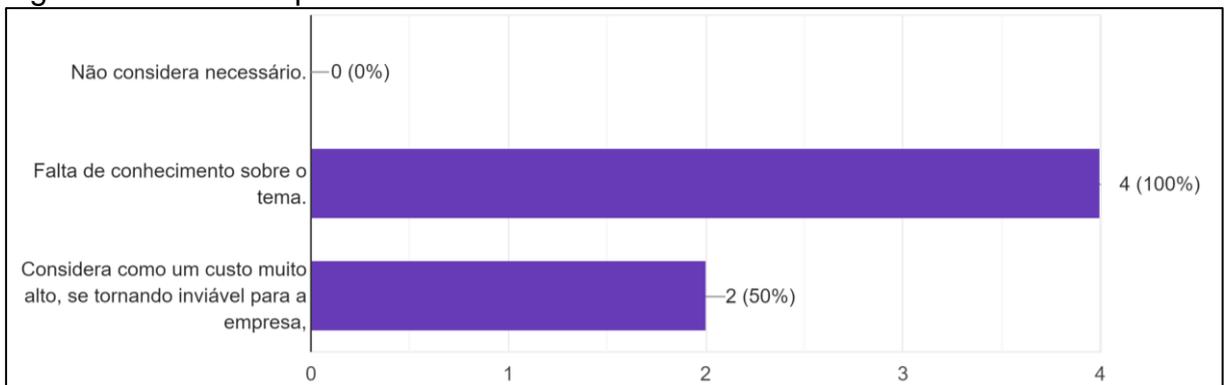


Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Mesmo as informações não sendo geradas ou apresentados dentro do prazo necessário ou, não possuindo o grau de confiabilidade esperado, os microempresários participantes da pesquisa estão satisfeitos com os resultados obtidos por meio das práticas de controles internos. Sendo que 98,8% afirmaram que o uso do controle interno otimizou os resultados da empresa e 97,9% o consideram como uma importante ferramenta para a permanência e crescimento da empresa no mercado.

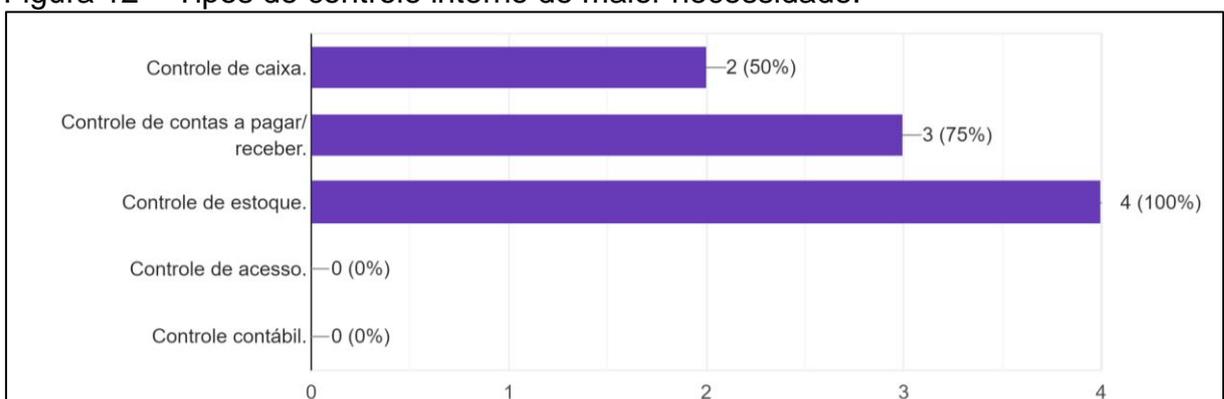
As Figuras 11 e 12 apresentam as respostas obtidas pelas microempresas que declaram não possuir controle interno ao serem questionadas o motivo e os tipos de controle que acreditam ser de maior necessidade dentro da empresa:

Figura 11 – Motivos por não utilizar o controle interno.



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Figura 12 – Tipos de controle interno de maior necessidade.



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da pesquisa, 2021.

Além dos resultados obtidos com a colaboração dos empresários que afirmaram possuir algum tipo de controle interno, a pesquisa também contou com a colaboração dos empresários que negaram fazer uso das práticas de controle (Figura 5), buscando entender os motivos pelos quais não utilizavam desta ferramenta e todos afirmaram que foi por falta de conhecimento do tema, além de que 50% também acreditam que para implantar o controle interno nas empresas o custo seria muito elevado, se tornando inviável para um pequeno negócio. Ao serem questionados sobre os tipos de controles internos que seriam de maior necessidade pela empresa foram citados os controles de estoque (100%), de contas a pagar (75%) e controle de caixa (50%); nenhuma dessas empresas alegaram ter necessidade dos controles de acesso ou controles contábil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como premissa a importância socioeconômica das micro e pequenas empresas para o país, assim como o conhecimento prévio por parte do autor sobre o controle interno, o presente estudo buscou identificar se as microempresas possuem um sistema de controle interno implantado e se utilizam desse sistema como ferramenta de gestão e apoio às tomadas de decisões. Para apresentar maior entendimento acerca do tema foi aplicado o método dedutivo, estruturando a pesquisa do geral para o particular.

Conforme análise dos resultados, podemos afirmar que a maioria das microempresas participantes da pesquisa são do setor de comércio (43,9%), seguido pelo setor de serviço (36,4%), sobre o número de colaboradores, 95,8% das empresas declararam possuir entre 01 e 09 funcionários. Em relação ao tempo de mercado, 61,8% possuem entre 01 e 05 anos de atuação, e 38,5% das empresas afirmaram que o faturamento anual se encontra na faixa de R\$ 60.000,01 até R\$ 160.000,00.

Com base na pesquisa podemos afirmar que 1,2% dos participantes afirmaram não possuir nenhum tipo de controle interno implantado, enquanto 86,9% possuem em pelo menos um departamento. Das 331 empresas que aplicam o controle interno, os tipos de controle mais utilizados pelos microempresários são o de caixa (85,5%), seguido pelo de estoque (56,2%), sendo o controle de acesso menos aplicado pelas empresas (21,8%).

Sendo considerado pelas empresas participantes como uma importante ferramenta (94,3%) e de grande relevância (88,8%) para apoio a tomada de decisões por parte da gestão, mesmo que nem sempre as informações geradas pelos departamentos de controle sejam disponibilizadas em tempo hábil ou consideradas confiáveis para o apoio à tomada de decisões. Sendo que, respectivamente, 51,1% e 50,5% responderam “às vezes” quando questionados se as informações eram disponibilizadas em tempo hábil ou se são confiáveis para o apoio à tomada de decisões.

Por fim, os participantes da pesquisa afirmaram que as práticas de controle interno otimizaram os resultados das empresas (98,8%) e que o consideram como uma importante ferramenta para a permanência da empresa no mercado (97,9%). Com isto podemos afirmar que as seguintes hipóteses levantadas no começo do artigo são verdadeiras: as práticas de controle interno são essenciais na permanência das

empresas no mercado e o controle interno é uma importante ferramenta que auxilia e ampara os gestores nas tomadas de decisões.

Por meio da análise dos resultados obtidos, é possível afirmar que o presente trabalho cumpriu com os seus objetivos gerais e específicos, sendo os principais deles o de identificar se as empresas possuem controle interno, onde 98,8% dos participantes responderam possuir algum tipo de controle em suas empresas; os principais tipos de controles aplicados pelos microempresários são os controles de caixa e de estoque, 85,5% e 56,2% respectivamente; e 97,9% acreditam que as práticas de controle são importantes para a permanência no mercado.

Fundamentado nas respostas recebidas por parte dos microempresários e dos conhecimentos obtidos com a pesquisa bibliográfica, conclui-se que o controle interno é uma importante ferramenta para as empresas. Estabelecido como um sistema de verificação que permite aos gestores identificar os processos que precisam de melhorias em cada departamento, visando minimizar as irregularidades e dar maior segurança na realização dos processos. Dessa forma, permitindo que as empresas obtenham resultados mais satisfatórios e continuem no mercado por um maior período ou, caso venha a encerrar suas atividades não seja por falta de preparo por parte do gestor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. Controle Interno. In: ALMEIDA, M. C. **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Cap. 3, p. 51-75.

ATTIE, W. Controle Interno. In: ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Cap. 8, p. 239-255.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Porte de empresa**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>>. Acesso em: 12 out. 2020.

CASAROTTO FILHO, N. Plano de Negócio para Pequenas Empresas. In: CASAROTTO FILHO, N. **Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Cap. 4, p. 206-219.

CASTRO, D. P. D. Controles Internos. In: CASTRO, D. P. D. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Cap. 5, p. 273-296.

COSO. **Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada**. [S.l.]: Instituto dos Auditores Internos do Brasil, 2004. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

COSO. **Controle Interno - Estrutura Integrada**. [S.l.]: Instituto dos Auditores Internos do Brasil, 2013. Disponível em:

<http://www.auditoria.mpu.mp.br/bases/legislacao/COSO-I-ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11^a. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7^a. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE, COORDENAÇÃO DE CADASTRO E CLASSIFICAÇÕES. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo: 2017**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101671.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

LORENZONI, R.; VIEIRA, E. T. V. O Controle Interno e a Auditoria como Ferramenta de desenvolvimento nas Micro e Pequenas Empresas. **GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTO- GEDECON**, v. 1, n. 1, p. 118-132, 2013. Disponível em: <<http://revistaeletronicaocs.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/287>>. Acesso em: 10 outubro 2020.

MADI, M. A. C.; GONÇALVES, J. R. B. PRODUTIVIDADE, FINANCIAMENTO E TRABALHO: ASPECTOS DA DINÂMICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPEs) NO BRASIL. In: SANTOS, A. L. D.; KREIN, J. D.; CALIXTRE, A. B. **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Cap. 1, p. 17-41.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8^a. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

_____, _____. 9^a. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais 2019: Sumário Executivo**. Brasil. 2020. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2019/2-Sum%C3%A1rio_Executivo_RAIS_2019.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020,

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística básica**. 9^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PLANALTO DA REPÚBLICA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 08 out 2020.

PIZO, F. Principais Universos de Controles. In: PIZO, F. **Mapeamento de Controles Internos Sox**. 1^a. ed. São paulo: Atlas, 2018. Cap. 8, p. 113-130.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013**, Brasília, 2018. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Tr](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Tr)

abalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf>. Acesso em: 20 out 2020.

SEBRAE. Perfil Socioeconômico e dos Pequenos Negócios do Município de Ji-Paraná – RO. Unidade de Inteligência Estratégica. Ji-Paraná. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Artigos/Perfil%20de%20jipa.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

SEBRAE-SP. CAUSA MORTIS: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida. Unidade de Inteligência de Mercado. São Paulo. 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Artigos/Perfil%20de%20jipa.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.